

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 637.197 - PA (2020/0348795-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

EMBARGANTE : ROBERTO VICENTE MARQUES (PRESO)

ADVOGADOS : PAULO IVAN BORGES SILVA - PA010341

JOSÉ AUGUSTO DELGADO - RN007490

LUCAS SÁ SOUZA - PA020187

CAROLYNNE PEDREIRA RAMOS E OUTROS - PA022913

**PEDRO LUIZ DE MORAES BITTENCOURT SABOIA -
PA022941**

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ROBERTO VICENTE MARQUES à decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, nos termos do art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante, em suma:

"... a decisão embargada está omissa em ponto central para a decisão, ao não fazer qualquer referência, de modo concreto, à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça que, hodiernamente, aplica a Súmula 691-STF de modo mitigado e flexibilizado quando os autos comprovam ser teratológica ou de flagrante ilegalidade o comando judicial que decreta a segregação de qualquer paciente de forma preventiva, especialmente, em sede de inquérito policial inconcluso, com laudo pericial ainda por terminar, se apresentar duvidosa a participação do indiciado no delito apurado, ter o mesmo residência certa, ser ótimo o seu comportamento social, ser empresário com intensa atividade indefina e possuir doença que o coloca em grupo de risco em razão da Covid-19".
(fl.275/276)

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a retirar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Não há qualquer vício na decisão ora embargada passível de

modificação via embargos de declaração.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente